

A violência das estatísticas*

*Lee Lieh Jiuh***

* Artigo produzido originalmente como parte dos trabalhos do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração da Justiça coordenado pela professora Carmen Silvia Fullin e apresentado no II Encontro de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo em 2004.

** Aluno do 3º ano noturno da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Engenheiro de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos, pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Mackenzie e perito criminal.

Resumo: O novo perfil da criminalidade moderna, composto por um quadro de associação de três elementos principais – o aumento do poder de fogo dos criminosos, dado em função do aumento do poderio armamentístico; a associação dos criminosos em organizações hierárquicas e o crescimento vertiginoso dos números de delitos – gera a necessidade de otimização e de modernização dos recursos que o Estado dispõe para combatê-los. E o processo de modernização dos aparatos policiais, o braço armado do Estado, para fazer frente a esse novo desafio, necessariamente, passa pela produção de informações sobre a criminalidade. É o sobrepujamento da inteligência sobre a força. Mas o que representa a produção dessas informações sobre a criminalidade. Como ela se dá e quais são as questões problemáticas envolvidas nesse processo? Esse artigo visa, justamente, trazer à discussão essas questões, com a finalidade de contribuir, de alguma forma, para o debate que a própria sociedade constrói em torno do tema “violência”.

Palavras-chave: estatísticas; criminalidade; “cifras negras”; INFOCRIM.

1. Construindo a relação entre a estatística e a criminalidade

“Há três tipos de mentiras: mentiras, mentiras descabeladas, e estatística”.

Sir Benjamin Disraeli

Vivemos num mundo de tecnologia levado às últimas conseqüências. As inovações tecnológicas cada vez mais velozes proporcionam, e também impõem, uma velocidade de produção de informações, assim como o seu consumo, nunca vista na história humana. O tempo é cada vez menor para se atualizar ou para absorver a gama de novas informações que são geradas a cada instante. É a imposição tecnológica de um estilo de vida “moderna”, onde tudo deve ser rápido, fácil e simplificado, incorporando ao nosso cotidiano novos padrões de consumo sob ditame do “tempo é dinheiro”, que podem ir do simples “fast food”, comidas instantâneas, comidas congeladas, alimentos pré-preparados, serviços expressos de entregas, até o mundo da alta tecnologia como os aviões supersônicos e os trens-bala. É o mundo da realidade instantânea. E no mundo das informações instantâneas, tudo é traduzido em cifras, em quantidade e em números.

Números e mais números nos são apresentados diariamente para fundamentar ou comprovar fatos mais diversos, que este ou aquele, por alguma razão, quer que os aceitemos como a expressão mais pura da verdade. Do grau de satisfação dos clientes de determinada marca de veículos em comparação com os clientes não tão satisfeitos de uma outra marca; da eficácia de determinada marca de creme dental no combate às placas bacterianas; da estimativa de porcentagem populacional no mundo, ou no Brasil, que sofre de determinada doença; da eficácia, em porcentagem, de curas de pacientes de determinada doença; dos índices sócioeconômicos mais diversos, como desemprego, qualidade de vida, miséria, linha

de pobreza, inflação e até das estatísticas da violência ou da criminalidade. Tudo pode ser medido, testado, estimado e convertido em números ou em percentuais, desde que tenha uma aparência de ciência ou que seja um produto resultado de métodos científicos.

De um modo natural e obsessivo, somos compelidos a comparar, a medir e a querer saber, constantemente, de todos os indicadores socioeconômicos como se a posse destes conhecimentos, ou melhor, o desconhecimento deles, nos deixasse menos completos, menos sociais, ou até menos qualificados do que aqueles que detêm essas informações. E os números servem justamente como uma fotografia social instantânea. Basta um “clique” e temos a informação exata de tudo que acontece e de tudo do que precisamos saber. Em que nível está a inflação? Aumentou o desemprego? Caiu o PIB? Disparou o dólar? Despencaram as ações da Bolsa de Valores de São Paulo? Aumentaram as invasões de terra pelo MST? Diminuiu o número de assentamentos? Aumentou a criminalidade? Toda essa gama de informações pode ser traduzida em números e percentuais. Nada mais fácil. Deixam-se os detalhes e a essência do conhecimento dos fatos de lado e nos detemos somente em captar os aspectos superficiais do saber. Neste sentido, a Estatística, como um ramo da ciência, serve de ferramenta para produção desses conhecimentos e de elemento fundamentador para justificar ou para dizer a “verdade” sobre os fatos sociais mais diversos.

A Ciência da Estatística, com a sua linguagem técnica e incompreensível para a maioria da massa populacional, pela sua complexidade, é operada por técnicos especializados, que nos apresentam dados mais diversos possíveis da nossa própria realidade, e são aceitos pela população como se fossem verdades absolutas, quase sacramentais, sem perguntas e nem questionamentos. Quantas vezes paramos

para questionar os números divulgados pela mídia a respeito de determinado dado social? Quantas vezes procuramos relacionar os dados divulgados por determinada entidade ou instituição governamental com os interesses que possa haver daquele que produziu tais informações ou daquele que encomendou a pesquisa? Uma vez divulgados à sociedade, os indivíduos dessa sociedade tomam decisões e modificam suas condutas, alterando dessa forma a sua realidade individual. A somatória de cada alteração da realidade individual modifica toda a realidade da sociedade¹.

A percepção desse fenômeno foi fundamental no desenvolvimento das estratégias de publicidade e de *marketing*. Cada vez mais, os profissionais dessas áreas lançam mão de pesquisas de opinião, tanto para conhecer a opinião e gosto da população, como para formar a opinião dessa mesma população, sob o manto da expressão “opinião pública”, tema esse que abordaremos mais adiante. De posse dessa ferramenta poderosa que é a Estatística, os publicitários e os “marketeiros” conseguem medir o grau de aceitação de determinado produto por consumidores e até, se preciso for, criar a necessidade do consumo, e dessa forma, traçar estratégias para alcançar o objetivo final, que é o de vender determinado produto para a determinada faixa socioeconômica da população, de produtos que vão desde de sabão em pó até candidatos para a Presidência da República.

O prof. Jean-Louis Besson² demonstra a natureza estratégica das informações estatísticas. No seu artigo “As Estatísticas: Verdadeiras ou Falsas”³, este autor afirma que o caráter estratégico resulta do processo de objetivação, em que a observação

coloca o observado como objeto. Neste sentido, ela constitui uma relação de poder, real ou simbólica, subjugando o observado, no caso, parcela de uma sociedade ou a própria sociedade, como o objeto de estudo e de manipulação. De forma oposta, o Estado, que é o grande produtor e consumidor de informações estatísticas sobre a sociedade, não se deixa observar facilmente, motivo pelo qual há poucas informações estatísticas sobre a administração pública disponíveis. É o grande observador que não se deixa observar por seu objeto, a própria sociedade. Observamos constantemente a divulgação de inúmeros dados a respeito da sociedade, encomendado pelo próprio Estado, no sentido de medir o grau de satisfação ou de aprovação de determinada matéria, ou do próprio governo, pela sociedade. O pensamento comum da sociedade, identificado pelas pesquisas de opinião, muitas vezes serve de discurso e de posicionamento do próprio governo. Não é sem motivo o crescimento da importância do *marketing* especializado, os “marketeiros políticos”, como assessores especiais de políticos e de governantes. A destinação de verbas públicas à publicidade oficial também cresce proporcionalmente.

Considerando o seu aspecto intrínseco, não há estatística sem imprecisão. Não há estatística sem variância ou desvio padrão. O grau de precisão está na qualidade da amostra escolhida. Quanto mais representativa a amostra, maior é a precisão das informações. Ou seja, quanto mais a amostra se aproximar do real, mais precisa a estatística pode ser. Isso significa que a precisão total se obtém quando a amostra é o próprio objeto de estudo, o que nas estatísticas sociais é impossível de ser obtido, pois o custo desta operação é altíssimo e inviabiliza qualquer tentativa nessa direção.

¹ KAHN, no seu artigo “Os custos da violência – quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo”, publicada pela Revista *Perspectiva*, uma publicação da FUNDAÇÃO SEADE, na página 46, cita a mudança de estilo de vida por medo da violência, como um dos fatores que gera prejuízo à sociedade.

² Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de Ciências Sociais de Grenoble, responsável pelo curso de Matemática e de Estatística Aplicadas à Economia.

³ BESSON, 1995.

Curiosamente, a imprecisão das estatísticas é cada vez menos considerada quando da divulgação dos números estatísticos. A idéia comum da concepção fotográfica que tem a estatística parece excluir a possibilidade da falta de nitidez, ou da fluidez, das imagens. Tal concepção, errônea, diga-se de passagem, nos conduziria a duas alternativas possíveis e absolutas: verdadeiro ou falso. Acredita-se que dispomos de um instrumento de observação que nos fornecerá sempre informações exatas⁴, reduzidas ao mais simples dualismo. Porém, esse dualismo, verdadeiro ou falso, de modo algum, é capaz de representar ou traduzir, integralmente, a complexidade de um dado social, formada a partir de infinitas integrações entre os indivíduos de uma população, indivíduos estes, cada um, dotados de livre arbítrio e de consciência própria, submetidos à variação infinita de circunstâncias e meios.

Recentemente, o ressurgimento do fato social “desemprego” como um dos fatores de preocupação que mais aflige a sociedade como um todo, ao lado da violência, chamou atenção para os diferentes patamares, quanto à taxa de desemprego,

divulgados por duas respeitáveis instituições: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade e do DIEESE, e Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE. Tal diferença resulta da utilização de conceitos distintos para expressar os traços característicos da forma de organização e funcionamento de nosso mercado de trabalho urbano. Pode parecer apenas uma questão de diferença metodológica adotada, no entanto, a controvérsia quanto ao nível do desemprego no país reveste-se de um conteúdo político, interferindo no planejamento e implantação de políticas públicas para geração de emprego, além de orientar discursos políticos pró e contra o governo atual.

Os números divulgados pelas duas instituições, quanto ao nível de desemprego, são de uma diferença considerável, tudo em função da diferença de metodologia adotada por cada uma das instituições, para se tentar estipular o nível de desemprego, a partir de uma amostragem estatística. Compare os números na tabela a seguir, ano de referência 1996:

**Tabela 1 - Taxas de Desemprego Total da PED e PME
Regiões Metropolitanas - 1996**

Regiões	Taxas de Desemprego					
	PED - Total			PME		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
Belo Horizonte	11,8	12,7	13,5	4,18	4,39	5,32
Curitiba	11,9	12,6	13,5	(1)	(1)	(1)
Distrito Federal	16,8	16,7	17,2	(1)	(1)	(1)
Porto Alegre	10,8	11,3	13,1	5,40	6,05	6,61
Recife	(1)	(1)	(1)	4,81	6,26	7,28
Rio de Janeiro	(1)	(1)	(1)	3,50	3,33	4,36
Salvador	(2)	(2)	(2)	7,10	6,95	6,40
São Paulo	13,1	13,8	15,0	6,28	7,04	7,65

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE; FEE-FGTAS-SINE/RS; IPARDES-SETA-SINE/PR-COPEL; CODEPLAN/GDF-STb/GDF CEI/FJP-SETAS-SINE/MG; IBGE.

(1) Pesquisa não realizada na região.

(2) Pesquisa em implantação.

⁴ BESSON, Jean L., “As estatísticas: verdadeiras ou falsas.” In: BESSON, 1995: 25-64.

Conforme demonstra a tabela⁵ acima, os números divulgados por pesquisas estatísticas diferentes, para um mesmo fenômeno social, podem ser muito diferentes. Recentemente, o IBGE inova a sua metodologia para se adequar ao posicionamento da OIT, quanto ao conceito de desemprego, conforme informa a sua página na internet e as reportagens publicadas na mídia. Com a mudança da metodologia por parte do IBGE para estimar o nível de desemprego nas regiões metropolitanas, os seus números se aproximaram mais dos números divulgados pela PED da SEADE/DIEESE, mas mesmo assim, ainda são discrepantes, conforme informa as reportagens da FOLHA, da edição de 26/03/2004. O IBGE divulgou a taxa de desemprego para a região metropolitana de São Paulo, utilizando a nova metodologia, passando de 12,9% (janeiro de 2004) para 13,6% (fevereiro de 2004), enquanto que pela PED da SEADE /DIEESE, o nível de desemprego é de 19,8% para a região metropolitana da Grande São Paulo, para o mês de fevereiro de 2004⁶.

O exemplo real acima ilustra a possibilidade de se obter dados estatísticos diferentes para um mesmo fenômeno social, bastando para isso adoção de uma metodologia diferente. Portanto, a simples divulgação de números estatísticos, sem a divulgação da metodologia, dos conceitos, da amostragem, da variância (ou desvio-padrão) e dos outros elementos da pesquisa, possibilita que se interprete, equivocadamente, a informação estatística, seja pela ignorância, seja imbuído de má-fé. E nesse sentido, a estatística pode ser empregada para manipular, falsear, sensacionalizar, inflar, diminuir, confundir,

superestimar, subestimar ou simplificar fatos⁷, e tudo isso revestida de uma áurea de verdade absoluta, sob os mantos sagrados do rigor científico. Ilustra bem o poder da estatística para formar opiniões a citação atribuída a Sir Benjamin Disraeli⁸, que dizia: “Há três tipos de mentiras: mentiras, mentiras descabeladas, e estatísticas.”⁹.

Tal qual a fotografia, a estatística não é reprodução da realidade. A fotografia da realidade nem sempre nos mostra a realidade dos fatos, livre de julgamentos de valores ou de conceitos ideológicos, pois do outro lado da lente da câmera esconde sempre o olhar seletivo do fotógrafo, que escolhe ângulos, o momento ideal e a perspectiva em que a “realidade” se insere. Neste sentido, por trás de números e dados estatísticos também esconde o olhar seletivo do pesquisador, ou daquele que detém o poder das informações das pesquisas, que escolhe os ângulos, o momento ideal e a perspectiva em que a realidade deve ser mostrada ao público, e o que não deve ser mostrada. A adjetivação de dados estatísticos, como expressões do tipo “despencou o índice de homicídio”, o que ocorre com muita frequência, evidencia esse “olhar seletivo” do divulgador da informação estatística.

Uma vez que a pesquisa de opinião ou informações estatísticas é feita por encomendada, e, diga-se de passagem, demandando recursos financeiros consideráveis e tempo, há os financiadores que, de um modo ou de outro, tem interesse sobre as informações produzidas, e as detém, e sendo donos de seus resultados, tem o poder, conferido pelo direito real, de decidir se deve ou não divulga-las, qual o momento

⁵ fonte: <http://www.dieese.org.br/ped/pcd/xpme.html> - em 20/05/2004.

⁶ fonte: Folha On-line, edição 26/03/2004.

⁷ HUFF, Darrel. *Como mentir com estatísticas*. http://www.univ.com/acmn/Diversos/Leituras/Como_mentir/TXT/capa.htm.

⁸ Benjamin Disraeli (primeiro-ministro britânico, falecido em 1881).

⁹ fonte: <http://www.inf.ufsc.br/~marcelo/intro.html> - em 24/05/2003.

e de que forma divulga-las, se em parte ou no todo.

Por outro lado, a ampla utilização e divulgação de pesquisa de opinião, de temas mais diversos como política, intenção de votos, vida sexual, comportamentos, temores, segurança pública, violência, criminalidade, confere poder cada vez maior aos financiadores e institutos de pesquisas, no sentido de que, não são mais os pesquisados que dizem o que pensam, mas são os pesquisadores que selecionam e limitam as respostas possíveis, induzindo as manifestações dos pesquisados, formando o que denominam de “opinião pública”. Neste sentido, a “opinião pública”, na verdade, é constituída pela opinião dos próprios pesquisadores e induzida às respostas, sempre limitadas, dos pesquisados, para formar o “consenso”. Desta forma, a opinião pública nada mais é do que “resultante complexa de estratégias de comunicação, múltiplas e concorrenciais, colocadas em prática pelas minorias politicamente ativas, que procuram impor, normalmente em perfeito desconhecimento de causa, às classes mais numerosas, que são igualmente as menos articuladas politicamente, o que convém pensar e, portanto, fazer em política”¹⁰.

No âmbito da delinqüência e da criminalidade, presenciamos também esforços dos governos responsáveis pela segurança pública em “estatizar” a criminalidade. Esforços são despendidos pelas instituições governamentais no sentido de obter números a respeito da criminalidade, fontes estes largamente utilizados pela mídia, pelos políticos e pela sociedade civil em geral, para nortear seus discursos, linhas editoriais ou ações. Mas essas estatísticas oficiais a respeito da criminalidade representam, com boa precisão e confiabilidade, a realidade social?

As estatísticas da criminalidade são divulgadas periodicamente pelos governos, no caso do Estado de São Paulo, pela Secretaria de Segurança Pública. Os dados sobre a criminalidade, especificamente, na cidade de São Paulo são gerenciados e contabilizados por meio do sistema INFOCRIM. A produção desses dados estatísticos inicia-se com o registro de BO's nos distritos policiais e de lá tem-se o início toda problemática de uma pesquisa estatística. Há diversos fatos, no que se refere à estatística da criminalidade, que representam verdadeiros obstáculos para produção de dados estatísticos confiáveis, vejamos alguns deles.

A diversidade da forma como os delitos podem se apresentar, torna a contabilização dos BO's uma tarefa complexa, variando muitas vezes a forma de classificação, que é feita de acordo com o entendimento do agente policial, no momento do registro da natureza da ocorrência, podendo gerar equívocos ou erros no processo de contagem numa outra etapa, por outro agente. Se considerarmos que a classificação dos delitos é feita por agentes policiais, no momento de registro de Boletins de Ocorrência, em cada um dos distritos policiais que integram a totalidade dos distritos policiais do Estado de São Paulo, forma-se então uma rede considerável de fontes coletoras de dados estatísticos. Outra questão a ser considerada, quanto à classificação de delitos, é o fato de que um único BO pode envolver o cometimento de inúmeros delitos, assim como um único delito, sofrido por dois amigos num único evento, pode gerar dois BO's, se cada um deles fizer queixa separadamente, o que é perfeitamente legal. Temos então diversas situações da realidade que nem sempre pode ser representada, perfeitamente, pela classificação de um sistema estatístico.

¹⁰ CHAMPAGNE, Patrick, “A opinião dos pesquisadores”. In: BESSON, 1995: 221-232.

Essa possibilidade de erro na contagem das ocorrências policiais já foi identificada pela Cécile Barberger, no seu artigo “Delitos e Delinquências”¹¹, a partir da sua observação da realidade da polícia francesa.

Essa nova função da polícia judiciária, que além da sua função primordial, policial, de combate à criminalidade, de ser também a instituição responsável pela produção das estatísticas sobre a criminalidade, gera conflitos de interesses e são, por princípio, funções incompatíveis entre si.

A incompatibilidade se evidencia no fato de que a instituição responsável pelo controle da criminalidade, e é cobrada pela sociedade, através de pressões populares ou da mídia em função dos resultados, também é a instituição responsável pelo registro e levantamento da base dos dados e a sua divulgação à sociedade. É a situação que podemos chamar de “autogestão”. Como já exploramos no texto, as informações estatísticas confere ao detentor o poder de divulgá-las ou não, e como divulgar, sem mencionar a possibilidade de se manipular os dados em pro de algum interesse particular. E nessa trajetória, do registro e contabilização de BO's nos distritos policiais até a sua divulgação, as informações passam por inúmeras etapas de contagem, sem que sejam submetidas a controle externo ou auditoria interna.

Além dessa anomalia, que é a autogestão do processo de levantamento estatístico da criminalidade, dificilmente os números estatísticos conseguem representar a real atividade da criminalidade. Recorrendo novamente a Barberger. No seu artigo, ela identifica 03 fatores que propiciam

o distanciamento dos números estatísticos da realidade criminal, são eles: 1) a ambigüidade da unidade de medida (É o problema da contabilização de delitos a partir de números de BO's); 2) a complexidade do sistema repressivo francês; e 3) a variabilidade da chamada “cifra negra”.¹²

O fator “ambigüidade da unidade de medida”, considerado no conjunto da complexidade dos delitos e das delinquências, que são impossíveis de serem avaliados e classificados, à priori, uma vez que está submetida às contingências da vida social e às decisões das autoridades, a estatística da criminalidade descreve as variações da atividade dos serviços da polícia judiciária e não as variações da criminalidade real. As modalidades da criminalidade se aperfeiçoam cada vez mais. Novos crimes e novas situações delituosas são incorporados no rol dos acontecimentos, numa sociedade que pela sua natureza é dinâmica. São as contingências da vida social que impulsionam essa inovação e complexidade. No entanto, a estatística criminal, de natureza conservadora e estática, descreve as variações dos indices de crimes de acordo com as atividades da polícia judiciária.

Esse fator também é observado na realidade brasileira, pois os mesmos elementos, a dinâmica da sociedade em contraposição ao conservadorismo da estatística criminal, também se observa no sistema de organização do policiamento judiciário brasileiro.

O segundo fator citado pela autora Barberger, a “complexidade do sistema repressivo francês” é a situação criada pela legislação francesa em que a lei permite que se aplique, somente como último recurso, a sanção penal, a contravenções que, a priori,

¹¹ BARBERGER, Cécile. “Delitos e delinquências”. In: BESSON, 1995: 77-84.

¹² BARBERGER, Cécile. “Delitos e delinquências”. In: BESSON, idem, ibidem.

não tem caráter penal, mas sim administrativo. Exemplo disso é a fiscalização de restaurante por agente fiscal. Este, se encontrar situações em que há desrespeito às normas de higiene e de saúde pública, poderá aplicar sanções administrativas e, como último recurso, envio do processo ao Procurador Geral para abertura de processo. Somente nesta fase, constarão nas estatísticas criminais essas ocorrências. Isso também ocorre no sistema do direito brasileiro, principalmente no que tange a atuação de empresas e estabelecimentos, no que se refere à fiscalização do Ministério do Trabalho e Secretarias de Saúde Pública. Normalmente, nos procedimentos administrativos, o órgão fiscalizador notifica a empresa quanto às irregularidades e aplica sanções administrativas. Somente com a insistência no descumprimento é que os fatos são comunicados aos distritos policiais para apuração da responsabilidade criminal. No entanto, apesar da semelhança nos procedimentos, diferentemente das estatísticas oficiais francesas, esses tipos de delitos não são contabilizados nas estatísticas oficiais sobre a criminalidade, pelo menos, de forma especificada, no modelo adotado no Estado de São Paulo.

Como terceiro fator, a “variabilidade da cifra negra”, a autora se refere àquelas parcelas de delitos que nunca chegarão ao conhecimento das autoridades policiais, seja por medo das vítimas, seja pela desconfiança, seja pela ignorância, seja pela indiferença. A este número desconhecido, ressalta-se a incerteza das estatísticas sobre a criminalidade.

Darrel Huff, em sua obra “Como Mentir com Estatísticas”¹³, no último capítulo “Enfrentando uma Estatística de Homem para Homem”, sugere que façamos 4 perguntas todas as vezes em que

depararmos com números suspeitos, são elas: 1) “quem diz isto?”; 2) “como é que ele sabe?”; 3) “o que está faltando?”; e 4) “alguém mudou de assunto?”.

A primeira pergunta, “quem diz isto?”, tem por objetivo desvendar o “preconceito”, “tendências conscientes” e “tendências inconscientes” que existem por trás na produção de um dado. Pode ser o laboratório com algo a provar a favor de uma teoria; o jornal cujo objetivo é uma notícia sensacionalista; o governo que usa máquina do Estado para ganhar eleição; a oposição que quer disputar o poder numa eleição. É descobrir quem está por trás dos dados divulgados e qual o seu interesse nesses dados.

A segunda pergunta, “como é que ele sabe?”, visa vislumbrar o resultado obtido através da análise da amostra. A amostra é representativa? A amostra é ampla o suficiente para permitir qualquer conclusão fidedigna?

A terceira pergunta, “o que está faltando?”, visa estabelecer o enfoque da análise sobre o que está faltando. A ausência de determinado número, principalmente quando a fonte é particularmente interessada, é suficiente para suscitar suspeitas sobre o assunto todo. Neste sentido podemos citar novamente, como exemplo, a não divulgação da variância ou imprecisão da metodologia adotada ou a não divulgação do tamanho da amostragem, num resultado de pesquisa em que só se divulgam os dados.

E, por fim, a quarta pergunta, “alguém mudou de assunto?”, sugere o enfoque, ao analisar uma estatística, na procura pela interrupção entre o número e a totalidade da pesquisa, ou conclusão. Muitas vezes uma coisa é relatada como se fosse uma outra. Muitas vezes divulgam-se

¹³ HUFF, idem, *ibidem*.

determinados dados puros, simplesmente, de uma pesquisa, sem a preocupação da divulgação completa de todo o questionário. O questionado, sem conhecimento de causa, ao responder a um questionário, segue o raciocínio proposto pelo pesquisador, limita-se a responder, dentro daquelas alternativas propostas e envolvido no contexto do questionário, as questões.

As questões não são isoladas, mas apresentadas de forma dependentes e seqüenciais, induzindo um determinado raciocínio comum a todos os pesquisados. Aí reside a influência dos pesquisadores de opinião na formação da opinião pública, crítica esta já feita neste texto.

Após as críticas que se fez por todo este capítulo, resta-nos uma pergunta filosófica: afinal de contas, é certo que os números não mentem?

Vale lembrar uma citação antiga e universal, e sempre atual, mas que ficou mais conhecida por ter sido utilizada por Hitler: “Não importa o tamanho da mentira; contanto que seja repetida constantemente, será aceita como verdade”.

2. Entendendo o sistema INFOCRIM

A partir de 1996, após a aprovação da lei 9.155, de 15 de maio de 1995, pela Assembléia Legislativa, que obriga o governo do Estado a divulgar as estatísticas trimestrais sobre ocorrências criminais registradas pela polícia e sobre mortos e feridos em ações que envolvem policiais, a Secretaria de Segurança Pública passa a produzir e a divulgar as estatísticas de ocorrências criminais registradas no âmbito da Polícia Civil e da Polícia Militar, de acordo com a resolução 150/95.

Em 21 de setembro de 2000, o governo do Estado de São Paulo implanta

oficialmente o sistema de Informações Criminais, INFOCRIM, um banco de dados completamente informatizado e ligado em rede. O sistema interligou os 93 distritos policiais e as 79 Companhias da Polícia Militar da Capital. A interligação dos computadores é feita por meio de uma rede Intranet (rede fechada). As informações contidas nos boletins de ocorrência registrados nas delegacias abastecem um banco de dados central, atualizado automaticamente a cada duas horas. O sistema foi criado por técnicos do Prodesp (Cia. Processamento de Dados do Estado de São Paulo) e por estes é gerenciado e mantido. O sistema passa por constantes mudanças visando a sua ampliação e aperfeiçoamento.

Hoje, a contabilização dos dados sobre a criminalidade nos distritos policiais alcançados pelo INFOCRIM se dá automaticamente no próprio registro dos Boletins de Ocorrências, ou seja, nos distritos policiais localizados dentro dos limites da cidade de São Paulo. No entanto, fora do limite compreendido pela região metropolitana de São Paulo, a contabilização dos dados é feita manualmente pelos próprios distritos policiais, e o caminho percorrido pelos dados colhidos nas fontes produtoras segue o mesmo que a estrutura organizacional hierárquico das corporações policiais. Em função da constante ampliação do sistema INFOCRIM e dos aperfeiçoamentos do próprio sistema, pequenas variações com relação à forma de coleta de dados sobre a criminalidade, descrita acima, podem ocorrer.

Para construção da base de dados sobre a criminalidade no Estado de São Paulo, foram selecionaram os seguintes grupos, classificados de acordo com a natureza dos delitos e em conformidade com a resolução 150/95, que são:

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Homicídio Doloso; ➤ Homicídio Culposo; ➤ Tentativa de Homicídio; ➤ Latrocínio; ➤ Lesão Corporal (Culposa + Dolosa); ➤ Estupro; ➤ Extorsão mediante seqüestro; ➤ Tráfico de Entorpecente; ➤ Roubo; ➤ Roubo de veículo; ➤ Furto; ➤ Furto de Veículo; ➤ Crime Contra Pessoa; ➤ Crime Contra Patrimônio; ➤ Crime contra os Costumes; ➤ Entorpecentes; 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Outros Delitos (inclusive contravenções); ➤ Total de ocorrência policial registrada; ➤ Ocorrências policiais não criminais / não Contravenções; ➤ Total de IP's instaurados; ➤ TC's elaborados; ➤ Civis mortos em confronto com a Polícia Civil; ➤ Civis feridos em confronto com a Polícia Civil; ➤ Policiais mortos em serviço; ➤ Policiais feridos em serviço; ➤ Prisões efetuadas (flagrantes + preventivas + Mandado de Prisão); ➤ Armas brancas apreendidas; ➤ Armas de fogo apreendidas.
--	--

Como pode ser percebido, foram selecionados, para compor a base de dados sobre a criminalidade, os tipos de delitos que mais afligem a sociedade como um todo. São os tipos de delitos que, apesar de atingir individualmente os integrantes de uma sociedade no seu acometimento, pela sua gravidade e pelo quadro de instabilidade social que pode provocar alcançam a todos da sociedade.

3. Conclusão

Apesar do grande esforço do poder público em tornar acessível à sociedade as informações sobre a criminalidade, o que é louvável e justo, num regime democrático, transparência maior deveria ser dispensada para tal empreendimento.

Nesse percurso, da total falta de informação sobre a criminalidade até a implantação de um sistema informatizada de produção de dados sobre a criminalidade, denúncias de maquiagem de dados, divulgadas pela imprensa, ocorreram. Citemos alguns deles:

1. Autor da reportagem: Josmar Jozino
Origem do Texto: Diário de São Paulo
Editoria: São Paulo

Edição: 26 de novembro de 2001

Título da Matéria: Polícia Civil muda natureza dos crimes para maquiar a violência. Presidente do Sindicato dos Delegados do Estado revela que a ordem partiu da Secretaria da Segurança Pública. A Polícia Civil vem registrando homicídios dolosos como se fossem apenas ocorrências de encontro de cadáver, morte a esclarecer e até incêndio. Esses casos não entram na estatística da violência, divulgada sempre com atraso pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo. A mudança da natureza dos boletins de ocorrências de mortes violentas passa à população a falsa idéia de redução da criminalidade.

2. Origem do texto: Da reportagem local do "Agora São Paulo"

Editoria: COTIDIANO. Página: C7

Edição: São Paulo, 13 de dezembro de 2001

Título da Matéria: Contabilidade do governo registra apenas número de ocorrências, sem levar em conta quantidade de atingidos pela violência.

3. Autores da reportagem: Rogério Pagnan e Joel Silva
Origem do texto: da Folha Ribeirão e da Redação

Editoria: COTIDIANO da Folha de São Paulo. Página: C1

Edição: São Paulo 28 de abril de 2002

Resumo da Matéria: Levantamento em 87 cidades de São Paulo revela existência de 37 assassinatos que não aparecem nos relatórios do governo. Homicídios 'somem' de estatística oficial.

4. Autor da reportagem: Cristina Christiano

Origem do texto: Diário de São Paulo

Editoria: São Paulo

Edição: 05 de agosto de 2003

Resumo da Matéria: Delegados denunciam maquiagem nas estatísticas de furtos no Estado. Segundo o Sindicato dos Delegados, ocorrências registradas na delegacia eletrônica não são computadas nos dados oficiais. Governo do Estado nega. Pelo menos 20% dos furtos ocorridos em São Paulo ficam fora das estatísticas oficiais da Secretaria da Segurança Pública todos os meses. São crimes registrados na delegacia eletrônica, pela Internet, que não entram na contagem da violência porque são remetidos diretamente para a Prodesp (empresa de informática do Governo do Estado) sem a tipificação do delito. A denúncia é do presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia de São Paulo, Paulo Siquetto. A Secretaria da Segurança nega.

Não estamos aqui para denunciar a manipulação de dados estatísticos sobre a violência, o que já foi feito pela imprensa à

época, em cumprimento ao seu papel numa sociedade democrática, e nem para inocentar o poder público de tal prática. Não é essa a proposta deste trabalho, mas sim a de elaborar uma crítica construtiva em torno das estatísticas sobre a violência, demonstrando as suas limitações e os problemas, intrínsecos e extrínsecos, que podemos encontrar na construção de modelos estatísticos, especificamente no que tange à criminalidade. No entanto, dada a importância de dados estatísticos sobre a criminalidade, tanto no âmbito da formulação da política de combate à violência, como no âmbito do caráter estratégico das informações estatísticas, maiores cuidados devem ser adotados pelo poder público na produção de tais dados, a fim de minimizar erros ou de suprimir suspeitas de ocorrência de maquiagem dos números. Isso pode ser solucionado com a efetivação de uma auditoria interna permanente, a ser conduzida por uma instituição não governamental, de renome, ou pela transferência da função produtora de dados estatísticos sobre a criminalidade das mãos das corporações policiais para essas instituições; aliás, solução esta prometida pelas autoridades quando das primeiras denúncias, porém esquecida hoje, em alguma gaveta da burocracia estatal.

Pior do que a não informação talvez seja o falso conhecimento. A população tem direito ao acesso de informações socioeconômicas corretas e cabe ao poder público produzi-las com melhor qualidade possível.

Bibliografia

BESSION, Jean .L. (org.). A ilusão das estatísticas. Trad. Emir Sader. São Paulo, Ed. da Unesp. 1995

FEIGUIN, D., LIMA, R. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, n°2, abr./jun., 1995.

HUFF, Darrel. Como mentir com estatísticas. Disponível em: http://www.univ.com.br/acmm/Diversos/Leituras/Como_mentir/TXT/capa.htm. Acesso em 24 mai. 2003.

KAHN, T. “Os custos da violência – quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo”. São Paulo, *A violência disseminada-Revista Perspectiva*, Publicação FUNDAÇÃO SEADE - p.42 a 48.

MAIA, P.B. “Vinte anos de homicídios no Estado de São Paulo”. São Paulo, *A violência disseminada-Revista Perspectiva*, Publicação FUNDAÇÃO SEADE - p.121 a 128.

MICHAUD, Y. *A Violência*. São Paulo, Ática, 1989.

SENRA, S. Tempo de guerra – o 11 de setembro, os reality shows e as estratégias de mobilização pela imagem. São Paulo, *Novos Estudos CEBRAP*, nº64, novembro de 2002, p. 73-82.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v.9, n.1, maio 1997.

ZALUAR, A. *Da revolta ao crime S.A.* São Paulo, Moderna, 1996.